

Conte: x | Consu: x | PJ 08016 x | What: x | Audi: x | Uplo: x | Down: x | Tribu: x | Sist: x | Portal: x | CamS: x | CamS: x | +

tjpi.pje.jus.br/1g/Processo/ConsultaProcesso/Detalhe/listAutosDigitais.seam?idProcesso=148558&ca=cad65724b11d722d5a0fa7159937b578516c2f8e...

Apps | Processo Virtual Na... | Administrativos | Portal do Advogado | Google | Nova guia | Meu INSS | [bb.com.br] | Zimbra: Movimenta... | PJE 1º | Publicações

PJE ProceComCiv 0801693-03.2018.8.18.0026
MARIA JOSE DA SILVA X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPV...

10933815 - Petição (2560807 RECURSO DE APELACAO 01)
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 23/07/2020 10:50:47

23 Jul 2020

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
10933811 - Petição (Petição RECURSO DE APELAÇÃO)
10933815 - Petição (2560807 RECURSO DE APELACAO 01)
10933817 - CUSTAS (2560807 RECURSO DE APELACAO Anexo 02)
10:50

17 Jun 2020

EXPEDIÇÃO DE OUTROS DOCUMENTOS.
10:00

downloadBinario.seam 1 / 6

2560807- CS/ 2019-00245/ INVALIDEZ

JOÃO BARBOSA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR/PI

PROCESSO N. 08016930320188180026

prot+pc.pdf | cópia parcial - exe...pdf | online (2).html | 6- EXECUÇÃO DE S...pdf | online (1).html | Exibir todos x

PT 10:50 23/07/2020



23/07/2020

Número: **0801693-03.2018.8.18.0026**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara da Comarca de Campo Maior**

Última distribuição : **16/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARIA JOSE DA SILVA (AUTOR)		LUCAS SANTIAGO SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10933 811	23/07/2020 10:50	Petição RECURSO DE APELAÇÃO	Petição
10933 815	23/07/2020 10:50	2560807_RECURSO_DE_APELACAO_01	Petição
10933 817	23/07/2020 10:50	2560807_RECURSO_DE_APELACAO_Anexo_02	CUSTAS

Petição RECURSO DE APELAÇÃO E CUSTAS





EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR/PI

PROCESSO N. 08016930320188180026

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA JOSE DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPO MAIOR, 16 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/07/2020 10:50:47
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072310504728900000010366410>
Número do documento: 20072310504728900000010366410

Num. 10933815 - Pág. 1

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPO MAIOR / PI

PROCESSO N.º 08016930320188180026

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: MARIA JOSE DA SILVA

RAZÕES DO RECURSO

COLENDIA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “*a quo*” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DA AUSENCIA DE NEXO CAUSAL

DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO

(REGISTRO DA OCORRÊNCIA NO ÓRGÃO POLICIAL COMPETENTE)

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT no suposto acidente noticiado.

Ressalta a ré que a parte autora em sua inicial narra que o acidente teria ocorrido em 23/03/2016, no entanto, os documentos médicos apresentam a data do acidente como ocorrido em 21/03/2016. Vejamos:


- INICIAL:

DOS FATOS

A Requerente foi vítima de um grave acidente de trânsito no dia 23 do mês de março de 2016, por volta das 23h, como se comprova em Boletim de Ocorrência registrado no 2º Distrito Policial desta Comarca.



- BAM

 HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR CONTORNO, SAO LUIZ, CAMPO MAIOR/PI - 64280-000 CNPJ: 06553564000642 (86) 3252-4546 - (86) 3252-1372		Ficha de Atendimento (Pronto Socorro) Atendimento: 00000000 Data: 21/03/2016 Funcionario: JULIANA Senha 1		Registro: 25121 Hora: 20:11:00 Tipo: CONSULTA Sexo: MASCULINO SUS
MARIA JOSE DA SILVA Nasc.: 25/02/1960 Idade: 56 ANOS, 25 DIAS End.: MANOEL MANO DE MELO, 0 - IBGE: 2205276 Cor: PARDA Mãe: TEODORA MARIA DE JESUS		CPF: - RG: 597095 - SUS: 200732170200009 Profissão: LAVRADOR Civil: CASADO(A) CEP: 64275 Bairro: CENTRO Cidade: JATOBA DO PIAUI/PI Pai: MANOEL MIGUEL DA SILVA		

O parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74 é claro, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos.

Com efeito, **verifica-se que a parte Autora deixar de apresentar o registro da ocorrência policial, documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade.**

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Assim, merece reforma a sentença julgando extinta com resolução do mérito, na forma do art. 485, inciso I, da Lei Processual Civil.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – LESAO NO FEMUR

Verifica-se, ainda, em que pese os fundamentos expostos na sentença, a lei 11.945/09 trouxe a tabela que prevê o valor atribuído a cada seguimento corporal, contemplando aquilo que se achava coberto pelo seguro, e para o qual geraria o direito indenizatório.

Ocorre que, a tabela não dispõe sobre fêmur, como é o caso dos autos.

Inexiste, portanto, cobertura para o caso em tela, já que as limitações físicas aduzidas pelo apelado não são previstas pela legislação.

Verifica-se, na sentença, que tal situação encontra óbice justamente pela ausência de previsão da suposta invalidez apontada pelo juízo, a qual repita-se não foi constatada pelo perito.

Ora, o enquadramento do fêmur, em parte da tabela que não está prevista para ela não se mostra adequado, violando a legislação afeta à matéria.

Conclui-se, portanto, uma vez que não há previsão da invalidez na tabela, que possui um rol taxativo das lesões indenizáveis, não há que se falar em indenização por ausência de previsão legal.

Diante do exposto, requer a reforma da sentença, para que sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial, tendo em vista a ausência de previsão legal.



DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA

É incontroverso na presente demanda que a parte Apelante recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

“(…) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado.”

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Apelante deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, recorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Apelante poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Frisa-se que a parte Apelante não trouxe aos autos qualquer documento hábil a ilidir o pagamento administrativo, de modo a oportunizar o pagamento de saldo remanescente.

Desta forma, certo é que a Apelada se limitou a disponibilizar-lhe o valor que era o devido e, uma vez que este foi aceito pela beneficiária legal, efetuou de pronto o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, correspondente à monta de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

CAMPO MAIOR, 16 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **EDNAN SOARES COUTINHO**, inscrito na **1841 - OAB/PI** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **MARIA JOSE DA SILVA**, em curso perante a **2ª VARA CÍVEL** da comarca de **CAMPO MAIOR**, nos autos do Processo nº 08016930320188180026.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PI 10201

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: EDNAN SOARES COUTINHO - 23/07/2020 10:50:47
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072310504728900000010366410>
Número do documento: 20072310504728900000010366410



Poder Judiciário do Estado do Piauí
Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização
Sistema de Emissão e Recolhimento de Cobranças Judiciais

Montagem do Boleto de Serviços/Taxas Judiciais

Informações Gerais (RECURSO DE APELAÇÃO)

Comarca: CAMPO MAIOR
Serventia: SECRETARIA DA 2ª VARA
Requerente: MARIA J DA SILVA X LIDER PROC
08016930320188180026
CNPJ: 09.248.608/0001-04
Emissão: 16/07/2020
Vencimento: 17/08/2020

Valor da Ação: R\$ 6.412,50
Tramita em: Justiça Comum
Litisconsórcio acima de 10: Não

Observações

Boleto emitido por **Usuário da Justiça** ⓘ

Demonstrativo de Valores dos Serviços

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	uni. (R\$)	Selos	Valor (R\$)
24.07	Recurso de Apelação e Competência Originária	1	857,77	0	857,77
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	64,13	0	64,13
TOTAL					921,90

(Digite o número correto do processo para vinculação)

Número do processo: 08016930320188180026

☐ Declaro a inexistência de processo de origem

Cancelar

Gerar Boleto

Tabelas de Serviços por Categorias

Serviços Judiciais (referentes ao processo)

Selecione um serviço...



Serviços, Taxas e Complementações Diversas

Selecione um serviço...



Buscar Serviço

Código

Nome/Descrição



Digite parte do texto que descreve o serviço desejado...

Selecione um serviço...





Poder Judiciário do Estado do Piauí
Tribunal de Justiça do Piauí
Fundo de Reaparelhamento e Modernização do Judiciário Piauiense

COMARCA DE CAMPO MAIOR / SECRETARIA DA 2ª VARA
Guia de Recolhimento da Justiça (por usuário da justiça)

Somente Serviços Judiciais Número do Proc. de Origem: **08016930320188180026**

Justiça
Comum
RECURSO
DE
APELAÇÃO

cód.	Descrição do Serviço	qtd.	Selos	Valor (R\$)
24.07	Recurso de Apelação e Competência Originária	1	0	857,77
123	Taxa Judiciária (1% do valor da ação, máximo R\$ 10.000,00)	1	0	64,13
TOTAL				921,90

Cedente		Agência / Cód. do Cedente	Espécie	Quantidade	Nosso número
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ		3791 / 9665-2	R\$	1	30881250001360122-9
Número do documento	Contrato	CPF/CNPJ	Vencimento	Valor documento	
893 28A 1357720		10.540.909/0001-96	17/08/2020	921,90	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos	(-) Valor cobrado	
				921,90	

Sacado
MARIA J DA SILVA X LIDER PROC 08016930320188180026 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada



001-0

00190.00009 03088.125004 01360.122178 1 83500000092190

Local de pagamento		Vencimento			
Pagável em qualquer banco até o vencimento.		17/08/2020			
Cedente		Agência/Código cedente			
FERMOJUPI - PODER JUDICIÁRIO DO PIAUÍ (CNPJ:10.540.909/0001-96)		3791 / 9665-2			
Data do documento	No. documento	Espécie doc.	Aceite	Data process.	Nosso número
16/07/2020	893 28A 1357720	DM	N	16/07/2020	30881250001360122-9
Uso do banco	Carteira	Espécie	Quantidade	x Valor	(=) Valor documento
	17	R\$	1	921,90	921,90

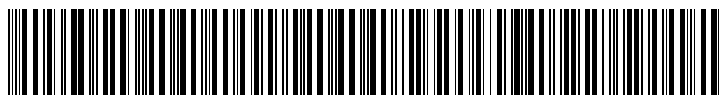
Texto de Responsabilidade do Cedente
(APÓS O VENCIMENTO COBRAR 2% DE MULTA + 1% DE JUROS A.M.)

CAMPO MAIOR / SECRETARIA DA 2ª VARA
Emitida por **Usuário da Justiça**
Valor da Ação: R\$ 6.412,50
, Justiça Comum : 24.07 (R\$ 857,77) , 123 (R\$ 64,13)

(-) Desconto / Abatimento
(-) Outras deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros Acréscimos
(=) Valor cobrado
921,90

Sacado
MARIA J DA SILVA X LIDER PROC 08016930320188180026 CPF/CNPJ: 09.248.608/0001-04

Autenticação mecânica/Ficha de Compensação



Nº DA PARCELA	DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	Nº DA CONTA JUDICIAL
	20/07/2020	0	0
DATA DA GUIA	Nº DO PROCESSO		TIPO DE JUSTIÇA
20/07/2020	08016930320188180026		ESTADUAL
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
PI	Vara Cível	RÉU	921,90
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	092486080000104
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ
MARIA JOSE DA SILVA		FÍSICA	68684800320
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA			
CA394BD91A852979			
CÓDIGO DE BARRAS			
00190.00009 03088.125004 01360.122178 1 835000000092190			

